

Índios preocupados com seus direitos

A invasão das áreas indígenas por garimpeiros, madeireiros, fazendeiros pescadores causam preocupação aos índios que sofrem escassez de alimentos

A luta pelo cumprimento da Constituição Federal (artigos 231 e 232) que determina a demarcação das terras indígenas, assim como por uma educação específica, atendimento preventivo de saúde e mais segurança são os principais pontos que atualmente têm marcado o movimento indígena.

A demarcação de áreas indígenas representa para os povos indígenas de todo o País a garantia da sobrevivência física e cultural. Isso porque os conflitos entre índios, madeireiros, fazendeiros e até mesmo alguns governos municipal e estadual ocorre, basicamente, em decorrência de invasões de terras indígenas que resulta na maioria dos casos em assassinatos de índios, depredação do meio ambiente e propagação do alcoolismo e prostituição entre os indígenas.

Nesse sentido é necessário uma educação específica que preserve as inúmeras línguas (patrimônio primordial de qualquer cultura) e possibilite mais compreensão dos jovens sobre o processo histórico, através do qual centenas de povos e milhões de índios foram exterminados ora pela ação do colonizador que impôs a exploração capitalista em detrimento da vida interrelacionada com a natureza, que caracteriza os nativos das florestas.

A invasão das áreas indígenas praticada por garimpeiros, madeireiros fazendeiros, pescadores e

outros têm resultado na escassez de alimentos naturais e no aumento da proliferação de doenças. Exemplo disso aconteceu no ano passado no Vale do Rio Javari, fronteira do Brasil com o Peru, onde um surto de malária matou dezenas de índios e provocou a migração de inúmeros índios Matsés do Peru para o Brasil, onde eles acreditam que há melhores condições de atendimento médico. A maneira pela qual poderia ser atenuada as epidemias de malária, sarampo, cólera e outras, seria a implementação de políticas governamentais de saúde preventiva.

A segurança também é uma grande preocupação dos povos indígenas. Isso porque apesar da Constituição Federal, em seus artigos 231 e 232, determinar que ao poder público cabe oferecer segurança aos indígenas, ocorre situações de desrespeito aos direitos indígenas. As que os protagonistas de arbitrariedades são governantes. Exemplo disso aconteceu recentemente no Estado de Roraima, onde cumprindo ordem do governador Neudo Campos, a Polícia Militar invadiu a aldeias situadas na área Raposa Serra do Sol, habitada milenarmente por índios Macuxi, Ingariçó e Wapixana.

Nesse sentido a luta dos povos indígenas na defesa dos seus direitos revela uma necessidade crucial

de ampliação da esfera de articulação com outros segmentos da sociedade brasileira. Assim como no cenário internacional com outros povos indígenas do Mundo e entidades não-governamentais voltadas para a defesa da vida e do meio ambiente.

Atualmente os índios brasileiros estão solicitando ao governo FHC e ao Congresso Nacional que a reforma constitucional não prejudique os direitos indígenas, assinalados na Constituição Federal. Caso esses direitos sejam subtraídos, inúmeros povos indígenas terão de enfrentar o risco de suas respectivas culturas desaparecerem, diluídas pela opressão da exploração irracional dos recursos naturais, encontrados nas áreas indígenas e conseqüentemente isso pode significar o fim de dezenas de povos indígenas no Brasil.

Manaus, 19 de abril de 1995

Proposta para novo estatuto dos índios

Repensar a política indigenista adequando-a à realidade, corrigindo os erros do passado ao elaborar um novo Estatuto das Sociedades Indígenas, é a proposta apresentada pelo deputado Elton Rohnelt (PSC/RR) em discurso proferido ontem, Dia do Índio, no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Rohnelt analisa o que classifica de erro primário, ou seja, querer traçar uma política igualitária quando existem situações díspares. "Ao mesmo tempo em que temos tribos que estão agora sendo abordadas, outras já estão plenamente integradas à nossa civilização", diz o parlamentar de Roraima.

O deputado enfatiza que os índios como brasileiros, devem ter as mesmas oportunidades e responsa-

bilidades, assumindo sua cidadania. "Mas para que isso aconteça", diz, "temos de mudar a atual política. Não podemos cuidar de generalidades e, sim legislar adequadamente para cada realidade, cada situação específica".

Elton Rohnelt critica a atual situação, pois "enquanto várias tribos têm pouco índio para muita terra, outras enfrentam exatamente esta questão: as terras que dispõem são insuficientes."

Como exemplo, o deputado citou seu Estado, Roraima, "onde existe terra demais e índio de menos. Por isso, o Estado tem seu desenvolvimento estrangulado por não poder incrementar, satisfatoriamente, a exploração de suas riquezas minerais".

Na atual situação, esclareceu o deputado, os índios vivem precariamente porque não existe verba suficiente para sustentá-los. Criticando também "o paternalismo nefasto e o assistencialismo maléfico", Rohnelt acusa as organizações não-governamentais de não se preocuparem com uma efetiva assistência à saúde e educação do índio, "explorando o sentimento do resto do mundo, tentando inspirar piedade, quando deviam trazer soluções práticas para o problema".

Rohnelt criticou também "os burocratas de Brasília" que traçam uma estratégia para o setor, sempre de modo paternalista, protetor e, sobretudo, distanciado da realidade, jamais se preocupando em aceitar o que o índio pensa.

19 de Abril: Dia do Índio Festa ou luto?

Pe. Luiz Laudato

O calendário civil marca obrigatoriamente uma data celebrativa que suscita na consciência branca uma maré de reações contrastantes, chocantes, conflitantes, angustiantes e historicamente "gritantes" e excludentes sobre o futuro dos povos que antes da chegada de Cabral eram os únicos donos de suas terras e de seus destinos...

O terremoto cultural e o holocausto dos povos amazônicos são resultado de forças sócio-econômico-político-ideológicas que caracterizam a civilização ocidental desde quando decidiu ultrapassar as colunas de Hércules e invadir os vários continentes hasteando a bandeira da prepotência, da opressão, do sorpuso; da dominação, da exploração e do lucro como leis básicas do Progresso e da Nova Ordem Internacional.

Os povos da Amazônia que sobreviveram e sobrevivem a este terrível e trágico genocídio são convidados por um cínico e sádico mau gosto a celebrar as "gloriosas", "esplêndidas" e "violentas"

conquistas dos brancos.

Se pudessemos seguir os satélites que sobrevoam a região Amazônica, se descortinaria a presença de seres humanos que não se deixam seduzir e dominar pelos fascinantes, padronizados e discriminatórios mitos pos-modernos da competição, do sucesso, da curtição, do lucro, do consumismo da nova religião dos produtos descartáveis dos shop-pins centers.

Nesse "Dia do Índio" os povos amazônicos continuam a lançar com todas as forças e o vigor de ses ritmos o S.O.S. da Vida, cultivada com toda a riqueza de suas tradições que enaltecem e a defendem contra todos os que são profetas de desventuras apocalípticas de destruição e morte.

Possamos neste dia celebrativo dos brancos reescutar nas melodias e nos cânticos desses povos "primitivos" as notas vibrantes e perenes de corações que:

- Acreditam na vida
- Celebram a vida
- Inventam a vida para garantir o sonho de uma humanidade que continua na busca do caminho da Eternidade.